

# Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal: uma proposta em desenvolvimento

Maria Tereza Machado Teles Walter<sup>1</sup>  
Lilian Januzzi Vilas Boas<sup>2</sup>  
Mônica Macedo Fischer<sup>3</sup>  
Patrícia Coelho Ferreira Meneses da Silva<sup>4</sup>

As tecnologias de informação e de comunicação revolucionaram as formas de organização e de mediação de informação em todas as instituições prestadoras de serviço, sejam elas bibliotecas ou centros de documentação. Seu desenvolvimento passou a ser uma questão estratégica de planejamento para as instituições que desejem manter-se em consonância com demandas cada vez mais especializadas e atender usuários que têm modelos mentais e conhecimentos de uso de informação em ambientes digitais. Reconhecendo esse cenário, foi elaborado, pela Coordenadoria de Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, o projeto de desenvolvimento de sua Biblioteca Digital, cuja definição foi a de se tratava de um ambiente em meio eletrônico, para prestação de serviços e oferta de produtos, que incluem textos integrais e que independem da presença física dos usuários. O histórico desse projeto é apresentado incluindo as etapas e os perfis profissionais que atuaram no desenvolvimento do trabalho. Em função das características das propostas, todo o projeto foi modularizado visando facilitar sua implantação, de forma que independesse de mudanças na alta gestão do órgão. Alguns resultados dessa proposição são relacionados ao final.

---

<sup>1</sup> Supremo Tribunal Federal, Brasília/DF, Brasil, mariat@stf.gov.br.

<sup>2</sup> Supremo Tribunal Federal, Brasília/DF, Brasil, lilianj@stf.gov.br.

<sup>3</sup> Supremo Tribunal Federal, Brasília/DF, Brasil, monicav@stf.gov.br.

<sup>4</sup> Supremo Tribunal Federal, Brasília/DF, Brasil, patriciacf@stf.gov.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a proposta de desenvolvimento da Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal cuja definição pode ser sintetizada pelo entendimento de que é um ambiente em meio eletrônico, para prestação de serviços e oferta de produtos, que incluem textos integrais e que independem da presença física dos usuários.

Esta definição se coaduna, em certo sentido, com o de Toutain (2006, p. 16), que compreende a biblioteca digital como aquela que

[...] tem como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros –, que estão armazenados e disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outras bibliotecas ou redes de bibliotecas da mesma natureza.

Essa preocupação com a utilização integral e sistêmica dos recursos de informação está em consonância com a política de fornecer ao cidadão as informações de interesse, ampliando suas opções de acesso a conteúdos em meio eletrônico, que independam da presença física no Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, especificamente no que se refere à Biblioteca, essas preocupações estão expressas em diversas ações que podem ser sintetizadas em três grandes fronteiras: a relação com os usuários; a utilização das diferentes tecnologias de informação e comunicação disponíveis para o atendimento de suas necessidades informacionais; e a integração das diversas fontes de informação existentes no Tribunal.

Finalmente, resguardando os princípios de acessibilidade à informação e de inclusão digital, propõe-se que este projeto apresente interface que permita a pesquisa por portadores de deficiência física, auditiva ou visual. Para cumprir essa finalidade os modelos atuais de fornecimento de informação via web devem ser revisados identificando, junto a associações ou entidades especializadas, formatos, padrões e modos de disposição de dados que facilitem a consulta por esses portadores de deficiências diversas. Alguns exemplos são a possibilidade de download de textos completos em sistema Braille; tradução de páginas virtuais para sistemas de áudio e

vídeo; e, opções de manipulação das informações por pessoas com dificuldades de movimento e outras facilidades que possam contribuir para atingir esse objetivo.

## 2 PREMISSAS

Nas últimas décadas, as tecnologias de comunicação e de informação têm sido utilizadas de forma crescente e seu uso é estratégico para as instituições tanto em termos de organização interna quanto na prestação de serviços de informação. A partir de 1994, com o crescimento da Internet, as possibilidades de acessar e recuperar informações foram ampliadas e a busca pela informação em meio eletrônico tem se configurado como tendência de se transformar em fonte principal de pesquisa (BERTHOLINO, 1999). Do mesmo modo, o conceito e a tecnologia de bibliotecas virtuais e digitais foram introduzidos referindo-se a “acervos” e serviços completamente computadorizados e disponíveis eletronicamente. (SAFFADY, 1995)

No contexto desta realidade da Ciência da Informação, as bibliotecas digitais têm sido um tema cada vez mais discutido na literatura e sua implementação tem se difundido na web. Projetos e pesquisas nesta área surgem mostrando novos serviços e ferramentas de busca na Internet com qualidade e precisão, além da evidente modificação no processo de mediação da busca e da obtenção de informação, no atendimento de usuários fisicamente distantes, na ampliação virtual dos acervos e na revisão dos procedimentos de análise de informação para esses ambientes. (CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2001)

Os novos recursos da tecnologia da informação e comunicação atingem os diversos segmentos da sociedade incluindo o jurídico. Embora ainda não existam estudos confiáveis, pode-se depreender sua importância pela quantidade de páginas e de portais, governamentais ou privados, dedicados a essa área do conhecimento. Alguns nichos já são tradicionais, como, por exemplo, aqueles dedicados à compilação da legislação, especialmente no âmbito federal. Esse investimento na organização e divulgação de informação jurídica é compreensível pelo alcance social dos processos, que, em última instância, decidem sobre a vida do cidadão e da sociedade.

Se por um lado observa-se essa infra-estrutura de “produção” dessas fontes, a contrapartida é o problema da recuperação da informação, evidenciado pela questão da massa documental, pelas constantes mudanças na legislação brasileira, e pelo

direito da sociedade de buscar a prestação jurisdicional ágil. Com base nesse cenário, dentre os requisitos de necessidades informacionais dos operadores do Direito destacam-se a rapidez, a eficiência, o baixo custo, a confiabilidade e a qualidade dos conteúdos que subsidiarão seus trabalhos. Da forma como se realizam os processos judiciais existe uma demanda concreta por fontes de informação jurídica que estejam disponíveis de forma rápida, constituindo-se a Internet, assim, de insumo e suporte estratégicos para facilitar o acesso a essa informação. (REZENDE e MACHADO, 2000).

Reiterando, então, essa relevância da informação jurídica, observa-se que o conteúdo disponível na rede é bem variado incluindo desde bases de dados doutrinárias, jurisprudenciais e legislativas a listas de discussão, artigos de periódicos on-line e bases referenciais. Esse universo vem se multiplicando a cada dia, tornando complexa a rede de dados e mais preocupante para a comunidade jurídica que deve considerar questões subjacentes como a qualidade, a veracidade e a atualidade dos conteúdos e das informações. Todos esses parâmetros ampliam e dificultam o processo de seleção para utilização das informações jurídicas.

No Supremo Tribunal Federal, o reconhecimento dos percalços para trafegar nessas infovias tem sido evidenciado pela preocupação com a qualidade de produtos e serviços oferecidos por todas as suas instâncias técnicas e administrativas, procurando implantar melhorias de forma contínua e consistente. Nesse sentido, o serviço prestado por meio da Internet, pela página do STF, merece destaque por se tratar de uma mídia em crescimento no tocante ao desenvolvimento de ferramentas e produtos, além de possibilitar uma mediação de informação de qualidade que independe de horários ou outras normas de funcionamento da organização.

No caso da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, esse trabalho registra um histórico de aproximadamente cinco anos de prestação de serviço de referência virtual por meio de respostas a mensagens recebidas por correio eletrônico, envio de documentos on-line, entre outros. Durante o período, o crescimento foi bastante expressivo, de acordo com as estatísticas de atendimento, atingindo um aumento de aproximadamente 995% entre 2003 e 2006. No ano de 2003, foram atendidos 150 pedidos diversos e, em 2006, 1.493, número que se eleva a cada mês. Desse montante, cerca de 10% representam pesquisas de doutrina jurídica e de legislação, que poderiam ser atendidas diretamente através de serviços oferecidos na página.

Paralelamente, alguns serviços e produtos como Atos Normativos, Inovações Legislativas, Sumários de Periódicos e Novas Aquisições antes oferecidos apenas na Intranet, passaram a ser ofertados via Internet. (BRASIL. Supremo..., 2007).

Considerando que a tendência dos serviços de informação é ampliar as possibilidades de acesso à informação para os usuários não negligenciando, evidentemente, o atendimento presencial, que tem outras características e requerimentos, fez-se necessária a revisão das informações e serviços fornecidos pela Biblioteca do Supremo através da Internet. Entre as principais características e vantagens destacam-se:

- Para os usuários:
  - ✓ Questões relacionadas com atualidade e confiabilidade, que terão, dessa forma, a chancela da organização Supremo Tribunal Federal, órgão máximo da Justiça brasileira, paradigma para a comunidade jurídica em suas ações;
  - ✓ Possibilitar a integração de informações jurídicas prestadas pelo Supremo Tribunal Federal oriundas de diversos segmentos como o Museu, a Coordenadoria de Guarda e Conservação de Documentos, a Coordenadoria de Análise de Jurisprudência, a Coordenadoria de Divulgação de Jurisprudência e a TV Justiça, que poderão ser disponibilizados pela Biblioteca Digital, na fase inicial, respeitando e evidenciando a propriedade intelectual de cada um.
- Para o Poder Judiciário:
  - ✓ Garantir a interoperabilidade dos sistemas com outros órgãos da Justiça ou mesmo do Poder Público, de forma a permitir o intercâmbio de dados e informações;
  - ✓ Maximizar o potencial de recuperação da informação, evidenciando a necessidade de padronização nos processos de tratamento da informação, incluindo a indexação dos assuntos para pesquisa, trabalho realizado em diferentes Coordenadorias do Tribunal.

Outra sugestão do projeto é criar um grupo de discussão para profissionais da informação com o propósito de tornar a Biblioteca Digital do Supremo uma referência na área jurídica e, também, um ambiente propício para debates sobre questões diversas como:

- ✓ Qualidade da informação e padrões de trabalho;
- ✓ Serviços e produtos em ambientes virtuais;
- ✓ Definições de modelos e de plataformas comuns que permitam o intercâmbio de informações e racionalização de recursos;
- ✓ Integração das diferentes fontes, documentos e suportes de informações necessárias a essa comunidade.

Assim, este projeto contempla diversas fases para sua implementação e prevê parcerias internas e externas para sua viabilização. E, considerando que a informação é atualmente um insumo estratégico para a comunidade jurídica, a Biblioteca Digital irá desempenhar papel fundamental como elo entre o usuário e a informação especializada de qualidade.

### 3 OBJETIVOS

Os objetivos do projeto de Biblioteca Digital para o Supremo Tribunal Federal são:

- ✓ Democratizar e facilitar o acesso eletrônico a produtos e serviços de informações jurídicas do Supremo Tribunal Federal;
- ✓ Desenvolver e implementar a Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal oferecendo informação especializada em Direito;
- ✓ Disponibilizar os Atos Normativos emanados pelo STF na Internet;
- ✓ Disponibilizar produtos e serviços virtuais da Biblioteca;
- ✓ Fortalecer a integração das informações jurídicas prestadas pelo Supremo Tribunal Federal;
- ✓ Buscar a adaptação da página da Biblioteca Digital a modelos, formatos e padrões acessíveis por portadores de deficiências diversas;
- ✓ Buscar a integração com outros sistemas de informação jurídica.

## 4 PRESSUPOSTOS

O projeto da Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal partiu de alguns pressupostos:

- ✓ Que o público alvo da Biblioteca Digital constitui-se dos Ministros, dos servidores do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça-CNJ;
- ✓ Que a prioridade é o atendimento das necessidades de informação dos Ministros, Assessores, servidores e CNJ, sem, entretanto, descuidar da qualidade e presteza no atendimento da comunidade jurídica;
- ✓ Que o conteúdo da Biblioteca Digital é especializado em Direito e ciências afins, com ênfase em Direito Constitucional; e, finalmente,
- ✓ Que o acesso deve ser efetuado por ícone da Biblioteca posicionado na página principal do STF, para facilitar a localização e utilização dos recursos de informação.

Os produtos e serviços oferecidos pela Biblioteca Digital são oriundos dos trabalhos realizados pelas diversas Seções vinculadas à Coordenadoria de Biblioteca, que são: Seção de Gerência do Acervo, Seção de Pesquisa, Seção de Referência e Empréstimo e Seção de Biblioteca Digital<sup>5</sup>. Assim, os dados históricos e de acervo referem-se à Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal.

Com relação à construção e manutenção da Biblioteca Digital, no entanto, devem ser observados outros pontos que dizem respeito:

- ✓ Aos níveis de segurança e de acesso, trabalhando em consonância com os paradigmas da certificação digital, pois alguns produtos e serviços restringem-se aos servidores do STF;
- ✓ À possibilidade de os usuários definirem preferências pessoais para a pesquisa na página da Biblioteca Digital, incluindo apenas suas opções de interesse, como, por exemplo, utilizar pesquisa integrada ou apenas selecionar uma das bases de dados disponíveis;
- ✓ Ao monitoramento de uso e atendimento dos usuários.

---

<sup>5</sup> Ver organograma em: <http://www.stf.gov.br/institucional/biblioteca/servicos.asp>. Acesso em: 4 maio 2007.

## 5 ARQUITETURA DA BIBLIOTECA DIGITAL

A proposta de arquitetura para a Biblioteca Digital teve seu início em 2005, com a criação de grupo de trabalho especificamente para essa atividade, que era desenvolvida paralelamente às atividades de cada um, em suas respectivas Seções. Na primeira fase, o processo foi fundamentado em pesquisas a outras bibliotecas em meio eletrônico, pela análise da literatura na área e pelos dados obtidos a partir dos resultados das pesquisas de satisfação dos usuários realizadas pela Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, em cumprimento do registro de monitoramento da satisfação do cliente da ISO 9001/2000 (ASSOCIAÇÃO..., 2000).

Estabeleceu-se, então, a seguinte macro arquitetura:

– Dados da Biblioteca,

- ✓ Missão / Objetivo da Biblioteca
- ✓ Endereço / Telefone para contato
- ✓ Fale conosco / Ouvidoria
- ✓ Histórico
- ✓ Acervo
- ✓ Normas de funcionamento
- ✓ Organograma

– Produtos:

- ✓ Bibliografia e Jurisprudência Especializadas
- ✓ Novas Aquisições
- ✓ Sumário de Periódicos
- ✓ Inovações Legislativas
- ✓ Banco de Atos Normativos do STF
- ✓ Tratados de Extradicação

- ✓ Pastas dos Ministros<sup>6</sup>
- ✓ Pasta do Poder Judiciário
- ✓ Pasta do STF
- ✓ Pasta do Conselho Nacional de Justiça
- ✓ Guia de Direito Constitucional
- ✓ Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
- ✓ Memória Institucional

– Serviços:

- ✓ Tutorial
- ✓ Formulários de Solicitação Eletrônicos
- ✓ Pesquisa: Doutrina e de Legislação, em fase inicial e, posteriormente, Simultânea nas Bases do STF de Jurisprudência e de Atos Normativos.
- ✓ Exposição de livros da Biblioteca
- ✓ Textos completos disponíveis na Internet sobre Direito Constitucional
- ✓ Renovação de empréstimos e Reserva de material por e-mail
- ✓ Implantação de Serviço de Disseminação Seletiva de informação(SDI) para Ministros e Assessores
- ✓ Referência Bibliográfica, Citações e Normalização de Monografias
- ✓ Símbolos da Justiça
- ✓ Datas especiais para o Poder Judiciário e para o Supremo Tribunal Federal
- ✓ Estrutura orgânica do STF

---

<sup>6</sup> As Pastas constituem-se de um serviço de compilação de informações biobibliográficas dos Ministros e de notícias de jornais sobre o Supremo Tribunal Federal, o Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça.

- ✓ Estrutura do Poder Judiciário
- ✓ Lista de materiais para intercâmbio
- ✓ Jornal da Secretaria de Documentação
- ✓ Simulação de Pesquisa
- ✓ Requerimentos
- ✓ Desenvolvimento

## 6 MODULARIZAÇÃO

Na etapa de desenvolvimento do Projeto, foi contratada a fábrica de *Software* Politec, que, com duas analistas de sistema integrou o grupo de trabalho da Biblioteca do STF, formada por três bibliotecárias.

Considerando-se as dificuldades orçamentárias de quase todas as instituições e em função da dimensão do trabalho proposto para a Biblioteca Digital, o projeto básico foi todo transformado em módulos que poderiam ser implementados de forma praticamente independente.

Assim, foram definidos 27 pacotes ou módulos assim constituídos:

- |  |  |
|--|--|
| ✓ Atendimento                          | ✓ Jurisprudência                               |
| ✓ Banco de Normas                      | ✓ Memória Institucional Servidores e Ministros |
| ✓ Bibliografia Especializada           | ✓ Memória Institucional STF                    |
| ✓ Solicitações de Usuários             | ✓ Migração                                     |
| ✓ Funcionalidades Auxiliares           | ✓ Novas Aquisições                             |
| ✓ Guia de Direito Constitucional       | ✓ Obras Raras                                  |
| ✓ Intercâmbio                          | ✓ Pasta Conselho Nacional de Justiça           |
| ✓ Instituições                         | ✓ Pasta de Ministros                           |
| ✓ Itens Acervo                         | ✓ Pasta Poder Judiciário                       |
| ✓ Jornal da Secretaria de Documentação | ✓ Pasta STF                                    |

- ✓ Pesquisa por Área de Interesse
- ✓ Plaquetas
- ✓ Portal
- ✓ Relatórios Estatísticos
- ✓ Símbolos da Justiça
- ✓ Sumário de Periódicos
- ✓ Usuários

Após essa definição, cada pacote foi tratado, de acordo com a metodologia da Politec, como um Modelo de Caso de Uso, que mostrou a relação entre os diferentes atores que integram cada um dos pacotes, como, por exemplo, o de Bibliografia Especializada, apresentado na Figura 1.

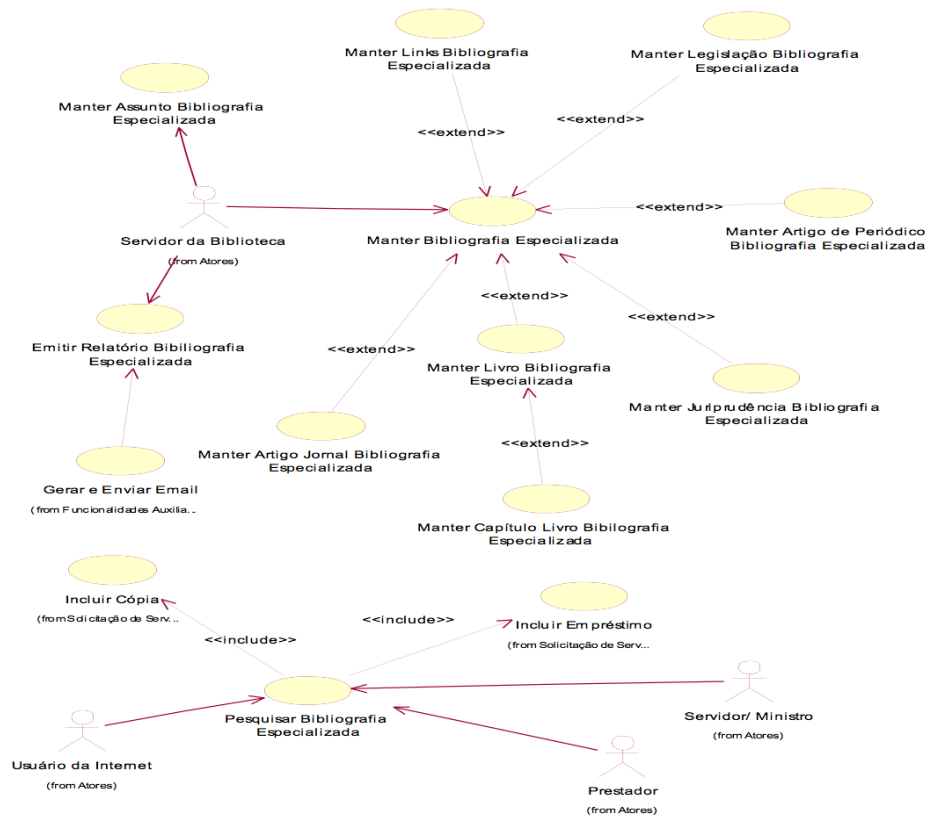


Figura 1 - Pacote Bibliografia Especializada

A Figura 1 ilustra os atores envolvidos nos processos, suas funções e atribuições e não o fluxo do processo de produção ou consulta às Bibliografias Especializadas.

Assim, tomando como exemplo o ator Servidor da Biblioteca, observa-se que ele tem por funções e relações:

– Manter a Bibliografia Especializada – BE. Manter, para o sistema em questão, significa incluir, alterar, excluir e consultar as ações relacionadas com as Bibliografias Especializadas – BEs, e se desdobra em:

- ✓ Manter links das BEs (quando são indicadas obras em meio eletrônico);
- ✓ o Manter Legislação das BEs (quando o tema em questão possui legislação específica);
- ✓ Manter Jurisprudência;
- ✓ Manter Livros e analíticas;
- ✓ Manter artigos de periódicos e de jornais.

– Manter assunto da Bibliografia Especializada, que implicam na inclusão, alteração, exclusão e consulta aos dados de assuntos utilizados pelas Bibliografias Especializadas – BEs.

– Emitir relatórios da Bibliografia Especializada, que podem ser downloads da bibliografia na íntegra ou partes específicas de interesse do usuário.

– Gerar/Enviar email das BEs.

Esse mesmo procedimento foi utilizado para cada um dos 27 pacotes, para os quais foram definidas as funções e as relações.

## 7 RESULTADOS E CONCLUSÕES

O desenvolvimento do projeto de Biblioteca Digital para o Supremo Tribunal Federal foi um trabalho que se estendeu por aproximadamente um ano. Os primeiros 8 meses foram de elaboração do projeto com a participação apenas de servidores da Biblioteca que atuavam de forma paralela às atividades de cada um dos membros e

constituíram grupo de trabalho específico para essa finalidade. No momento de discussão de atividades específicas de cada área, os demais servidores da Coordenadoria de Biblioteca foram envolvidos, para que fossem abrangidas todas as necessidades de evolução dos trabalhos de cada seção.

Quando o projeto básico da Biblioteca foi finalizado, durante 3 meses analistas da empresa Politec integraram o grupo de trabalho para transformar as idéias e decisões em um projeto lógico sob a perspectiva da área de tecnologia de informação.

Ao final dessa etapa, a alta direção do Supremo foi informada dos resultados e iniciaram-se as discussões relacionadas com a implementação do projeto. Nesse caso específico, o trabalho de transformação em módulos revela-se útil, pois houve mudança de presidência no Tribunal nesse intervalo, o que não impediu que apenas fossem alteradas as prioridades originalmente definidas pela gestão anterior.

Como primeiros resultados desse projeto destacam-se os seguintes serviços e produtos:

- Foi criada a Seção de Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal, vinculada à Coordenadoria de Biblioteca. Essa Seção recebeu o encargo de absorver e rever os produtos oferecidos pela Biblioteca, adaptando-os ao meio eletrônico e ampliando o acesso aos seus conteúdos pela Intranet e pela Internet. A Seção de Biblioteca Digital tornou-se responsável pela manutenção dos Bancos de Dados dos Atos Normativos do Tribunal e de Tratados de Extradicação, além da produção e disseminação das informações sobre as Inovações Legislativas, disponíveis para consulta no Portal Infojus e distribuídos internamente aos Gabinetes dos Ministros;

- As Novas Aquisições e os Sumários de Periódicos passaram a ser disponibilizados na Internet, com novas funcionalidades. No caso das Novas Aquisições, primeiramente a periodicidade, que era bimestral, passou a ser mensal. Num segundo momento, as capas dos livros foram digitalizadas, melhorando visualmente o produto. Finalmente, os sumários dos livros passaram a ser igualmente digitalizados, por meio de consulta eletrônica. A partir de janeiro de 2006, as capas e os sumários foram associados aos metadados da base de dados da Biblioteca, no software Aleph, também com o objetivo de melhorar a consulta ao conteúdo das obras pelos usuários interessados. Em relação aos Sumários de Periódicos, modificou-se a

forma de realização do produto, que passou a ser digitalizado e igualmente disponibilizado na Intranet e Internet;

- Em fevereiro de 2007, foi lançada a primeira Biblioteca Digital do STF, em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, contemplando a Coleção Obras Completas de Rui Barbosa, que faz parte do Modelo de Caso de Uso de Obras Raras e do de Funcionalidades Auxiliares, que contemplava a digitalização de material bibliográfico. No caso dessa Biblioteca, esse trabalho foi realizado com a solução Doc Reader da empresa DocPro, que permite a varredura textual dos conteúdos digitalizados. Outra Biblioteca Digital que está sendo implantada é a da coleção de Obras Raras, cuja digitalização está em curso e que deve ser lançada brevemente;

- As Pastas dos Ministros, que contêm suas informações biobibliográficas foram objeto de monografia de especialização de servidora da Biblioteca e estão sendo reformuladas para adaptarem-se ao meio digital. Para essa finalidade, foram estudadas e diversas soluções, que requerem desenvolvimento e estão em fase de análise. Igualmente previsto pelo Regimento Interno do STF, foram organizadas as Pasta dos Procuradores Gerais da República cujo lançamento será feito quando da mudança da página do Supremo na Internet;

- Outro trabalho em fase de finalização é o que define a linha sucessória dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que inclui tanto os dados acerca das datas de posse e de aposentadoria, quanto a indicação presidencial e um link para as respectivas pastas de cada ministro;

- Os Atos Normativos do STF passaram a ser disponibilizados na Internet, ampliando as possibilidades de consulta aos Atos emanados pelo Supremo Tribunal Federal que tenham repercussão no andamento de processos ou outras questões relacionadas com o Poder Judiciário, o que contribui para ampliar o alcance a essas informações;

- O Banco Tratados de Extradicação também passou a ser disponibilizado na Internet, contendo as discussões preliminares e o texto final do Decreto que trata da extradicação entre o Brasil e diversos países. A consulta é feita por país.

Ainda em 2007, a nova página do Supremo Tribunal Federal será lançada, o que implicará em publicação de outros serviços e produtos em meio eletrônico,

igualmente oriundos deste projeto, como os formulários eletrônicos de solicitações diversas, um guia de Direito Constitucional, os textos integrais das monografias de especialização dos servidores do Tribunal, entre outros.

Conforme tem sido discutido na literatura técnica da área de informação, as Bibliotecas Digitais têm sido a nova fronteira a ser explorada pelas instituições que têm por objetivo modernizar a oferta de produtos e de serviços, além de facilitar o acesso a usuários que possuam conexão na Internet. Longe de se constituírem em mais um modismo ditado pelas possibilidades oferecidas pelas tecnologias de informação, esses espaços digitais têm contribuído para democratizar o acesso, para sinalizar às bibliotecas os caminhos que precisam seguir, para continuarem sua missão de mediar informação com a melhor qualidade e segurança, além de evidenciarem os recursos de informação que cada órgão possui e que pode e deve ser explorado.

Finalmente, projetos de biblioteca digital ou quaisquer outros projetos de informação devem ser entendidos como cenários indicadores de caminhos e não trabalhos finalizados. Cada objetivo atingido e cada serviço ou produto novo, cria novas demandas, especialmente porque responderão a pedidos de usuários cada vez mais familiarizados com tecnologias de informação e de comunicação, jovens com modelos mentais, atitudes e necessidades que merecem e devem ser atendidas pelos profissionais da informação, que devem estar cada vez mais preparados para essas novas tendências.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001**: sistemas de gestão da qualidade – requisitos. Rio de Janeiro, 2000. 26p.

BERTHOLINO, Maria Luiza Fernandes. Dos átomos aos bits: evolução dos suportes da informação. In: RAMOS, Maria Etelvina Madalozzo (org.). **Tecnologia e novas formas de gestão em bibliotecas universitárias**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1999. p.183–190.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Biblioteca do Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <http://www.stf.gov.br/institucional/biblioteca/abiblioteca.asp>, Acesso em: 27 abr. 2007.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia. Brasília. v. 30, n. 3, set/dez. 2001. Número especial sobre Biblioteca Digital. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewissue.php?id=15>. Acesso em: 27 abr. 2007.

REZENDE, Ana Paula de; MACHADO, Valéria Maria. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/include/getdoc.php?id=606&article=302&mode=pdf>. Acesso em: 27 abr. 2007.

SAFFADY, William. Digital libraries. **Library Technology Report**. v.31, n.3, May/Jun. 1995.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Biblioteca digital: definição de termos. In: MARCONDES, Carlos H. *et al.* (Org.) **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: UFBA; Brasília: IBICT, 2006. p. 15-24.

#### Como citar este artigo:

WALTER, Maria Tereza Machado Teles *et al.* Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal: uma proposta em desenvolvimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 1., 2007, Brasília. *Anais eletrônicos...* Belo Horizonte, Forum, 2008. Republicado em: *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.4, n.2, p. 363-378, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.